

FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

—SUBSCREVE-SE A 2\$500 RS. POR TRIMESTRE (13 NÚMEROS) E VENDE-SE CADA FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYP.

SABBADO 17 DE ABRIL.

MARANHAO TYPOGRAPHIA DA TEMPERANÇA, IMPRESSO POR MANOEL PEREIRA RAMOS, NA RUA FORMOSA CASA N.º 2.

EXTERIOR.

Corresp. do Jornal do Commercio.

Paris, 23 de janeiro.

Estão emfim abertas as camaras legislativas, e com ellas a quadra da ceifa das novidades; porém as discussões ainda não começarão, nem devem começar se não depois que o projecto do voto de graças for apresentado pela commissão encarregada de redigi-lo.

A falla do throno teve desta vez tanto de explicito e significativo quanto em todos os annos antecedentes tinha tido de vago e de insignificante. Não obstante todas as predições da imprensa opposicionista, neophuma das grandes questões da época foi omitida. Todas ellas foram apresentadas com decisão e clareza; e, bem longe de o governo evitar a discussão, é elle mesmo quem a provoca. Assim o casamento do duque de Montpensier, que, segundo dizia o *Constitutionnel*, sómente appareceria no discurso da corôa como simples negocio de familia, apparece, pelo contrario, com toda a sua importancia politica, e como calculado para consolidar as antigas relações entre a França e a Hespanha, tão uteis aos dois povos. Do mesmo modo, a usurpação de Cracovia é declarada redondamente uma infracção manifesta dos tratados que estabelecem o direito publico europeu, e como tal provocadora do protesto que contra ella se dirige.

No paragrapho relativo á questão do Rio da Prata, cuja proxima solução por meios pacificos é annunciada pelo governo, apparece, por força de consoante, o nome da rainha da Inglaterra, que coopera com a França para o mesmo fim; porém todas as antigas expressões de affecto de que este nome vinha sempre acompanhado desaparecerão por uma vez, assim como todo e qualquer pequeno vestigio da *cordial intelligencia*, outrora tão celebrada.

Apparece emfim em um paragrapho especial, e pela primeira vez desde 1830, o nome do imperador da Russia, por occasião do tratado ultimamente concluido com esta potencia; e esta circumstancia, de que não havia grande necessidade, parece por isso mesmo calculada para indicar a possibilidade ou a aurora de uma nova alliança, mais em harmonia com os verdadeiros interesses do paiz do que a da Inglaterra, e destinada a substitui-la.

Em occasião de perigo grave, não ha coisa como a verdadeira coragem em frente do inimigo. A firmeza com que o governo se exprime fez profunda impressão em Inglaterra, onde ninguem contava com tal. Quem tinha visto a desesperação com que o *Journal des Débats*, tanto tempo havia,

tinha estado gritando—*L'alliance anglaise ou l'isolement*—, não podia deixar de tomar esta especie de *cri de détresse* da folha das Tulherias pela expressão de pensamento vindo *ab alto*; e nesta supposição todo o mundo esperava que a solemnidade da abertura das camaras fosse aproveitada para iniciar o restabelecimento da *cordial intelligencia* por meio de alguma expressão que servisse de satisfação á Inglaterra pela grave injuria de que se queixa em consequencia dos casamentos de Hespanha. Assim, a supressão absoluta da phrase tão desejada, a secura com que se fez menção do nome da rainha Victoria em uma questão de interesse tão secundario, e mais que tudo o apparecimento do nome do Imperador da Russia, que pela primeira vez figurava no discurso da corôa desde os dias de julho, tudo isto não só surpreendeu e irritou, mas de mais a mais inquietou e não sei se atterrou. Todas as folhas de Londres insistirão muito neste concurso de circumstancias, commentando o ao seu modo; e o *Morning-Chronicle*, que não é voto suspeito por ser o órgão confidencial de lord Palmerston, até chegou a dar o nome de *calamidade europeia* ao que lhe parecia confirmação official do rompimento definitivo da boa intelligencia entre os governos das duas nações.

Em algumas partes de Inglaterra foi-se ainda mais longe. Em Birmingham, por exemplo, convocou Jorge Sturge, whig de alto coturno, um grande *meeting*, em que se votou uma mensagem ao povo francez, de que já por aqui correm copias, supplicando-lhe que feche os ouvidos a todas as insidiosas insinuações dos espiritos inquietos que só se nutrem de dissensões, e que persista na antiga união com Inglaterra, tão util aos dois povos e tão necessaria para conservação da paz geral.

Em França, e sobretudo na França parlamentar, não foi o effeito da firmeza do ministerio menos notavel. Com effeito, apenas a opposição, que, reunidas todas as suas phalanges em um só corpo, se preparava para atacar o governo a carga cerrada, debaixo do commando supremo de Thiers, ouviu o discurso da corôa, e presenciou o acolhimento que lhe fizeram as immensas maiorias das duas camaras, immediatamente perden o animo, e entrou logo a fraccionar-se. Grande numero de membros do exercito coalisado comprehendêrão que, se a opposição dynastica, que é a unica opposição séria, ainda podia conceber alguma esperança de triumpho, de certo a não realisaria em quanto obstrasse debaixo da direcção de um chefe tão claramente marcado com o ferrete da reprovação universal, e sobre cuja cabeça se tem accumulado todas as antipathias da França, que lhe attribue as leis de setembro, as fortificações de Paris e todos os outros attentados politicos da

dynastia de julho. Reconheceu se portanto a necessidade de reconstituir a verdadeira opposição sobre novas bases, e de formular novo programma, ou symbolo de fé politica mais em harmonia com os interesses reais do paiz que com as ambições particulares dos aspirantes ao poder.

Este movimento de regeneração já começou. Dufaure e Billaut são os dois chefes que o dirigem; o jornal que serve de órgão ás suas opiniões é o *Courrier Français*. Para cima de quarenta deputados todos do centro esquerdo, repudiaram já o seu antigo chefe, e vieram jurar bandeiras nas mãos dos novos commandantes. Se a coisa parar aqui, é mais uma scissão no partido opposicionista, que ficará por isso mesmo mais fraco do que já era; se se lhe reunir toda a phalange dos conservadores dissidentes, commandada pelo conde Molé, segundo geralmente se diz, e eu por ora não acredito, será uma brecha terrivel no proprio coração do centro direito, e pôde ser que Guizot se veja em mãos lenções. Porém tudo isto é por ora extremamente obscuro, e só o tempo é que pôde ir aclarando esta obscuridade.

Entretanto a discussão do voto de graças começou, continuou e terminou na camara dos pares pela maneira a mais favoravel ao governo, que apenas teve contra si 8 votos em 152 votantes. Todos os partidos, sem excepção do proprio partido legitimista, que se exprime pela boca do duque de Noaille, apoiaram e adheriram completamente á politica do governo na importantissima questão do casamento do duque de Montpensier, e em tudo quanto até agora tem occorrido não se vê o mais pequeno symptoma de perigo proximo para o gabinete.

A deploravel questão suscitada entre os diferentes interessados nas pressas brasileiras e o ministro do Brasil, de que dei conta nas duas correspondencias pressadas, dá ares de serenar, e em todo o caso não produzirá as consequências extremas a que parecia encaminhada. O conselheiro recebeu o protesto. Por meio deste recebimento entenderão os protestantes que o seu direito estava salvo; e como era tudo quanto pretendiam, acomodaram-se.

Segundo agora se sabe, e eu muito particularmente posso asseverar, a supposição que servia de base ao dito protesto era inteiramente desastrosa de fundamente. Quando o ministro aconselhou aos interessados que nomeassem advogado que defendesse a causa perante o conselho de estado, entendêrão elles que o que elle realmente lhes aconselhava era que aceitassem como competente para julga-los o mesmo conselho, e por consequencia que se submettessem á sua decisão; e para que nenhuma duvida lhe restasse de que tal era o sentido que dava ás suas palavras, assim lhe fizeram saber em uma replica que lhe dirigiram,

e a que elle não respondeu. Entretanto o verdadeiro pensamento do ministro, bem longe de ser o que se lhe attribuia, não só era inteiramente differente, mas absolutamente opposto. De facto, já em 24 de setembro, e pouco depois em outubro, elle tinha protestado em duas notas successivas, assaz energicas, cujas copias tenho á vista, contra esta exorbitante pretensão do governo francez, declarando que jamais o governo do Brasil reconheceria a competencia do conselho de estado em tal materia, porque seria o mesmo que alienar uma porção da soberania nacional: e se tal era o pensamento do ministro em setembro e outubro, não podia aconselhar em dezembro o que parecia aconselhar. O que elle entendia, segundo agora se sabe, por *defender a causa perante o conselho de estado*, era que o advogado fosse perante o conselho, não *defender a causa*, mas protestar que não reconhecia a sua competencia para julgá-la, e que se não submeteria á sua decisão. Se esta interpretação tivesse sido explicada quando lhe foi dirigida a replica de que acima fallei, e que ficou sem resposta, é summamente provavel que nada do que posteriormente se passou tivesse acontecido; porém o silencio que entendeu que lhe convinha guardar confirmou os replicantes na supposição de que a interpretação que tinham dado á primeira resposta que receberam era exacta. Assim, com um pouco mais de condescendencia da parte do ministro, e com um pouco menos de amor proprio, muito embora fundado na consciencia de que tinha cumprido com o seu dever, se teria evitado tantas occorrencias desagradaveis, e não teria nascido o perigo de outras muito piores.

P. S. Ao terminar a ultima phrase deste artigo, me communicou a resposta original do consul ao protesto que lhe foi apresentado. Declara que se reputa incompetente para receber o dito protesto; porém faz esta declaração por escripto, o que o ministro não quiz fazer: e como esta resposta, ainda que negativa, assim mesmo serve aos interessados para prova de que protestarão, com ella se contentão, e não pretendem ir mais longe pelo que diz respeito a Pariz; estão contudo firmemente resoltos, segundo me consta, a ir começar no Rio de Janeiro nova campanha, e lá vão protestar perante o governo imperial por todas as perdas e danos que lhes poderem resultar do abandono em que continuão a suppor que o ministro deixou a sua causa.

Correspondencia do Diario.

Lisboa, 29 de janeiro de 1847.

—Saheo hoje a barra de Lisboa, a bordo do brigue de guerra *Audaz*, quarenta dos prisioneiros de Torres-Vedras, entre os quaes se contaõ os generaes Valdez e Celestino, chefes populares Fernando Villa-Real e D. Jayme de Visen; o conde de Avilez, majores Costa Mendes e Lanret, e outros officiaes do 1.º linha para cima de capitães; o brigue destina-se a Angola, mas não creio que tenhaõ esse destino os prezos, nem tão pouco me parece que os deixem em Cabo-Verde; a meu vêr é o ilhéu da Madeira que os espera: de todos o que parecia mais resignado com a sua sorte era Celestino; o Valdez estava pallido e cadaverico, foi necessario que o animassem os companheiros para não succumbir

de todo. Esta medida, um pouco forte, foi tomada pelo governo em consequencia de se terem querido evadir da fragata *Rainha* os que lá se achavam retidos; descobriu-se o plano por este modo: um marinheiro embriagou-se, e fallou em que ia no dia immediato receber trinta moedas; o patrão do escalor do commandante perguntou-lhe sarrateiramente como elle arranjaría tanto dinheiro, e o homem illuminado pelo gaz das pipas, confiou-lhe o segredo que lhe haviaõ confiado a elle, da fuga dos doze prezos, convidando o a tomar parte na expedicao, e prometendo-lhe igual somma; o resultado d'esta confidencia foi o patrão do escalor ir contar o que sabia ao commandante, e este (o capitão de fragata Manuel Thomaz da Silva Cordeiro) chamou o marinheiro conjurado, e mediante a ameaça de um tiro de pistola, sacar d'elle esta confissão:—A marinhagem de um escalor estava prompta a fugir com os presos, mediante a paga dos seus soldos atrasados, passagem paga no paquete inglez, e trinta moedas de gratificacao a cada um, e o official de quarto (o segundo tenente graduado João Antonio da Silva e Costa, ignorante já maduro, que começou a sua carreira maritima por despenseiro de um navio mercante) tinha as mesmas vantagens, dois contos de reis de gratificacao em lugar das trinta moedas, protegendo a fuga e fugindo elle mesmo.

Assim me contaraõ a historia, que todavia tem muitas variantes;—mas o que é verdade é, estar o tenente e os marinheiros presos a bom recado. E' o primeiro official de marinha em que o governo se confia, que o atraiçoa aleivosamente—se é veridica a historia, como creio;—não aconteceu assim com os tenentes Pessoa e Preto—reputados geralmente como partidarios da revolução do Minho;—estes officiaes que haviaõ sido collidos a bordo do vapor *Mindello*, não quizerão adherir ás propostas da junta do Porto, e forão deportados para Aveiro, com uns trinta marinheiros que tambem não quizerão servir; quando as autoridades revolucionarias abandonaram aquella cidade, veio uma guerrilha do Porto para os conduzir, mas elles subtraíndo-se áquella tutela, mudaraõ de estrada, e forão-se apresentar ao duque de Saldanha.—

(Diario do Rio.)

—Um despacho telegraphico de 7 de fevereiro annunciou que D. Miguel partira occultamente de Roma, descendo ao porto d'Ostia, onde embarcou n'um bote que alli o esperava; e pô-lo a bordo d'um navio que cruzava fóra do porto; o qual deu immediatamente á vela. Cria-se que elle tencionava voltar a Portugal, onde, com tudo, chegaria provavelmente tão tarde que não acharia em armas sectario algum dos seus.

(Diario de Pernambuco.)

INTERIOR.

RIO DE JANEIRO.

NOTICIAS DIVERSAS.

—A partida de S. M. o Imperador para a cidade de Campos teve lugar no sabbado 20 do corrente, como estava projectada.

Às 8½ horas da manhã, achava-se S. M. no Arsenal de Marinha, lugar destinado para o embarque. Foi notavel o concurso das pessoas de todas as classes que affluiram para ali terem a honra de despedir-se do Augusto Viajante. S. M., depois de ter dado beijamão, e recebido os testemunhos de saudades de muitos de seus subditos que se achavam presentes, a esse acto, embarcou para bordo do vapor *S. Salvador*, por entre salvas e continencias de todos os navios de guerra surtos n'este porto; sendo acompanhado a bordo pelos Ministros, alguns Conselheiros d'Estado, e outras pessoas de distincção.

Pouco antes de 9 horas, largou o vapor *S. Salvador*, e apoz elle o *Urânia*, que o acompanhava, e a *Princesa Imperial*, que conduziu os ministros e mais pessoas da Corte até fóra da barra. No momento em que largou o *S. Salvador*, salvaram novamente todos os vasos de guerra fundeados, e as Fortalezas á propração que aquelle se lhes tornava fronteiro.

Às 9½ estavam os vapores fóra da barra; o tempo era calmo, e o *S. Salvador* seguia com grande velocidade na direcção de Cabo Frio.

—Acompanha S. M. o Imperador, na digressão á Cidade de Campos, o Sr. Ministro da Fazenda e Marinha, ficando entretanto incumbido dos negocios d'aquella Repartição o Sr. Ministro do Imperio, e d'esta o Sr. Ministro da Guerra.

—A Divisão Naval que acompanha S. M. o Imperador a Macahé, compõe-se, além da *Berloga*, em que está embarcado o Chefe, commandada pelo Capitão de Fragata Tavares, dos seguintes vasos: Barcas de vapor *S. Salvador*, Commandante o 1.º Tenente Coutinho, e *Urânia*, Commandante o 2.º Tenente Costa Azavedo;—Corvetas *D. Francisca*, Commandante o Capitão de Fragata Lobão, e *Euterpe*, Commandante o Capitão-Tenente Lamar.

—S. M. o Imperador chegou ao porto de Macahé no dia 21 pelas 9 horas e 40 minutos da manhã, e foi immediatamente cumprimentado pelo Sr. Jacomo Ratton, Vice-Consul de França. S. M. resolveu saltar immediatamente; e pelas 11 horas desembarcou no trapiche do Sr. Ratton, para esse fim convenientemente preparado; hospedando-se em casa do Sr. Francisco Domingues de Araújo. À 1 hora da tarde foram recebidas as deputações, e às 5 tencionava S. M. sair a cavallo para passar pela Cidade, seguindo no dia 22 para Campos, pelo canal.

(Sentinella da Monarchia.)

MARANHÃO.

Publicação á pedido.

—Pede-se-nos a publicação do seguinte extracto de um Communicado inserto no Correio Maranhense n.º 79 com esta epigraphe—Uma questão juridica bastante importante.—

O Author depois de apresentar a marcha e o desfecho do processo intentado contra os Reos accusados do assassinato do Dr. Joze Candido Gomes da Silva Belfort—os quaes tendo sido condemnados á penas gravissimas pelo Jury do Rosario fô-

ráo depois absolvidos quasi unanimemente pelo do Icatú, sendo esta decisão confirmada pela Relação do Districto—continua como abaixo se segue:—

Não nos occupamos neste artigo da innocencia ou criminalidade dos Réos, nem da justiça ou injustiça da decisão do Jury do Icatú, nossa intenção é provar que esta decisão não pode surtir effeito algum juridico pela incompetencia desse Tribunal; incompetencia, que vamos demonstrar clara e terminantemente: é sobre este ponto, que versa a nossa censura ao Accordão da Relação, pela sem razão da rejeição da apellação interposta á fl. 311.

Os documentos com que os Réos provarão a impossibilidade de formar-se novo Jury na Villa do Rozario, e que a Relação qualificou no Accordão de conclusões são os tres seguintes: 1.º uma certidão datada de 10 de Janeiro de 1846, mostrando que o n.º dos Jurados apurados pela Junta Revisora para servirem no dito anno de 1846 montava á 82; 2.º uma certidão da mesma data e anno, mostrando quaes os nomes dos 12 Jurados, que tinham entrado no conselho e que havia julgado os Réos; esta certidão mostra tambem, que 3 jurados tinham servido de testemunhas no processo, e que 1 havia servido de Curador ao escravo Marcelino; 3.º finalmente uma certidão, datada de 13 de Fevereiro de 1846, mostrando, que tinham sido recusados 18 Jurados, á saber 11 pelos Réos e 7 pelo Promotor Publico; e que 2 se haviam dado voluntariamente de suspeitos, e que 1 não havia entrado no conselho por já se achar nelle um seu irmão: todas estas certidões foram passadas pelo Escrivão Joao da Matta de Moraes Rego. Faremos agora algumas observações sobre estes Documentos.

Da acta do 1.º julgamento, verificado em 21 de Novembro de 1845, consta, que assistirão á Sessão desse dia 39 Jurados, e que deixarão de comparecer 9 com os quaes se completava o n.º de 48 —Doc. de f. 241 á f. 246 v. Entre os nomes dos jurados mencionados nessa acta ha 3 que não se achão incluídos na lista geral dos 82, e são os seguintes—José Maria Campos—Lupercio Serra Martins—e Manoel Gonçalves do Desterro—; 2 sobre cujos nomes ha duvidas, e são—Umbelino Antonio da Rocha, que supponho ser o jurado—Belino Antonio da Rocha—e Carlos Antonio Serra, que supponho ser Carlos José Serra: os são porém individuos distinctos maior é a eliminação. Ignoramos a razão porque dentro de mez e meio foram esses 3 Cidadãos inibidos de ser jurados no termo do Rozario; mas se elles não foram excluídos, é evidente, que são inexactas tanto a certidão, que faz subir á 82 somente o n.º dos Jurados apurados, como a outra, que se acha á fl. 329, do Escrivão José Joaquim Pinheiro, e que mostra, que os jurados sorteados para a Sessão de 12 de Novembro de 1846, e que não servirão na Sessão do anno antecedente, erão em numero de 46.

Concedamos porém, que esses cidadãos foram excluídos legitimamente da lista; concedamos tambem, que são veridicas ambas as certidões; concedamos igualmente, que não podião entrar no novo Jury nem os 12 Jurados, que derão a 1.ª decisão, nem os 3 que servirão de testemunhas, nem o que servio de curador ao escravo Marcelino, nem os 2 que se derão voluntariamente de suspeitos (ao todo 18 Ju-

rados): segue-se porisso, que não havia numero sufficiente de Jurados desempedidos para formar-se novo Jury!! Não certamente.

Deduzindo-se da lista dos apurados pela Junta Revisora o numero dos jurados mencionados na acta do 1.º julgamento (inclusive os que não comparecerão), e tirando-se deste n.º os 3 que foram eliminados (ao todo 45), devem restar necessariamente 37 jurados; reunidos á estes os 19 restantes do 1.º julgamento, que não se achavão impedidos, e que erão obrigados á servir quando o exigisse a necessidade por falta absoluta de outros. Vid. art. 289 do Cod. do Proc. Crim.; e 8 (porque um foi excluído da lista), que sendo sorteados não comparecerão na sessão, o que na forma do art. 333 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842 devem entrar em novo sorteio—temos 64 Jurados, cujos nomes se verão na Tabela annexa a este Comunicado (1). Pois não era possível deste numero tirar 38, dizemos mal, 12 Jurados desempedidos para formarem o conselho do novo Jury!! De certo que sim. Foi por tanto escandaloso o despacho á fl. 249 do Juiz Municipal Supplente no exercicio das funções do de Direito e accordo o contrario ao espirito da Lei o Accordão da Relação, que o confirmou.

Verdade seja, que os Reos allegão em sua petição de fl. 248 a fl. 249, embora nada provem do que avanção, que além dos 18 que já excluímos, devia-se excluir tambem 5 ou 6 que erão empregados publicos, Delegados, Subdelegados, e Juizes de Paz em exercicio; 9 que não podião entrar no Conselho por serem parentes proximos; 18 que já tinham sido recusados; 6 a 8 que não podião talvez assistir á sessão ou por molestia, ou por ausencia do termo, ou por incommodos; e outros finalmente, que erão inimigos capitães delles, ou interessados na decisão da causa. Mas estas allegações são meras subtilidades e futilidades, como provaremos. Se os Réos entendem, que os Jurados, que servem de testemunhas, e que os suspeitos na forma dos arts. 61 e 277 doCodigo do Processo não podem servir nem mesmo para fazer caza, devem concordar, que a sessão em que foram julgados (na Villa do Rozario) foi uma sessão illegal por falta de numero. E com effeito, da acta della consta, que se achavão presentes 39 Jurados; destes 2 erão testemunhas no processo; 2 derão-se voluntariamente de suspeitos; 1 era Curador do Réo Marcelino, e 1 não foi admittido no Conselho por já estar nelle um seu irmão: logo o n.º restante era de 33, n.º illegal para haver sessão.

Quanto a nós entendemos, que os recusados pelas partes n'uma sessão não estão isentos de entrar em novo Jury, na falta absoluta de outros; quer para fazer caza, quer para entrarem no conselho; excepto havendo neste ultimo caso novas recusações ou dando-se a suspeição do art. 61 doCodigo do Processo Criminal. Os parentes, amigos intimos, inimigos capitães etc., com quanto não possam entrar no conselho, não estão com tudo impedidos de fazer n.º para haver sessão; e as suspeições dos arts. 61 e 277 do Cod. do Proc. só podem ser conhecidas perante o Jury, e não fora deste; e a

razão é bem clara, e vem a ser, que dependendo a entrada para o conselho unicamente do sorteio, dar fora do Jury como necessariamente impedidos os comprehendidos nos arts. 61, 275, e 277 do Cod. do Proc. Crim. é destruir o imperio da sorte estabelecido por Lei; é reputar impedidos os que a Lei não reputa como taes.

Quanto aos 6 jurados, que os Réos dizem ser empregados publicos, como não sabemos seus nomes, não podemos dizer se elles se achão ou não comprehendidos já no n.º dos legitimamente recusados. Quanto aos 8 que talvez não podessem comparecer, os proprios Réos não affirmão o seu não comparecimento. Quoremos porém condescender com elles, eliminando d'entre os 64 desempedidos os 6 empregados, e os 8 impossibilitados de comparecer; apezar de tudo isto restarão ainda 50 jurados, n.º mais que sufficiente para haver Sessão.

Temos por tanto com os nossos documentos provado clara e terminantemente:—1.º Que só perante o Jury se pode conhecer bem a impossibilidade de formar-se novo Jury no mesmo lugar do primeiro—2.º Que os documentos de fl. 252 á f. 257 não apresentavão provas conclusivas da impossibilidade de formar-se novo Jury na Villa do Rozario—3.º finalmente—Que a Relação do Districto julgando competente o Jury do Icatú por estes unicos documentos contrariou o espirito do art. 463 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, e do art. 257 do Cod. do Proc. que se acha em vigor pelo art. 240 do citado Regulamento, bem como alguns precedentes seus, que nos consta existir.

CORRESPONDENCIA.

Sr. Redactor.

Constando-me, que já se procedea ao sorteio dos Jurados, que tem de servir na 2.ª Sessão periodica do corrente anno, e que já foi designado o dia em que ella deve ter lugar, pergunto—Pae, se sabe dizer-me a razão porque neste caso não tem dado o Sr. Juiz Manicor o respectivo cumprimento ao disposto no art. 330 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, mandando publicar pela Imprensa os Editaes de que trata o art. 329 do mesmo Regulamento? Haverá nesta extranha omissão alguma causa?... A.

Approveito tambem esta occasião para lembrar aos Srs. Juizes de Direito, que residirem ás Sessões do Jury o cumprimento do disposto no art. 286 do Cod. do Proc. Crim. mandando, que sejam publicados pela Imprensa os nomes dos Jurados multados e as quantias das multas, bem como os nomes dos jurados, que mais assíduos forem em assistir ás Sessões, como se pratica na Corte e n'outras Provincias do Imperio onde a Lei tem alguma realidade.... A.

A REVISTA.

Noticias curiosas.

Partirão para a corte no vapor Pernambuco os nossos deputados, José Jan-

(1) Acha-se no Correio n.º 79.

sen do Paço e José Thomaz dos Santos e Almeida, deixando, como diz o Publicador Maranhense, em graves receios pela sua conservação, aos guardas e conferentes da alfandega, e aos amanuenses, contínuos e porteiros de outras repartições partiram pouco satisfeitos com o actual presidente da provincia, que parece que não agrada ao seu partido. O primeiro já andava arredio de palacio em razão de ter escripto para o interior algumas cartas contra o presidente, que foram descobertas; o segundo, alem de outros desalentamentos, mostrava-se queixoso porque appareceu na folha official certo communicado contra elle e o seu colloga Paço. Isto é grave e gravissimo.

Pouco antes da partida destes *benemeritos* representantes da provincia, consta que foi uma commissão ou deputação a palacio saber, si o presidente não ia tomar assento na camara temporaria de que é membro, ou em melhor portuguez, pedir-lhe, que fosse, protestando que o vice-presidente Angelo Moniz se comprometia a continuar a politica conciliadora de S. Exc. e a conservar tudo no mesmo pé, ou por outra, comprometia-se a ser, como em outro tempo se exprimia o Sr. José Paço, presidente de mero expediente! A esta celebre proposta, afirma-se que o Sr. Franco de Sá respondera simplesmente, que o seu mau estado de saude lhe não permitia sair da provincia. E' de notar que o senr. Angelo Moniz estava presente, e fazia parte da commissão.

*Dias antes e depois, diz-se que andava elle pela secretaria do governo a esquadrihar, si havia algum aviso que permittisse ao presidente deputado o ficar na provincia, quando a assemblea geral se achava reunida. Muito devemos ao senr. Angelo Moniz, pois a vista destes passos ninguem pode duvidar dos seus bons desejos de servir a patria!

—O "Publicador Maranhense" disse que o senr. Candido Mendes tinha sido collaborador do "Vinte Oito de Julho," escripto contra os cabanos; o senr. Candido Mendes porém provou que somente tirava as provas dessa folha. O "Progresso" disse que o senr. Candido Mendes tinha feito liga com o *partido marianista*; o senr. Candido Mendes porem declarou que era falso, que estava firme no seu posto, e *desligado*.

O manifesto do Sr. Candido Mendes, e a nossa adherencia á liga.

—Certo que nos não occupariamos com o avulso ou manifesto que publicou o Sr. Candido Mendes em resposta ao Sr. Lisboa, si não tivessemos sido involvido na discussão, e por maneira pouco christã, dando-nos o manifestante, ou como homem que deseja *agitar* alguma coisa para si, pois que adherimos á liga, ou, quando menos, como um simplorio que se deixa embacar por meia duzia de exportos: involvido porem na discussão, e á vista das illações que se podem tirar das palavras do Sr. Candido Mendes, em tendemos ser do nosso dever dar algumas explicações ao publico, como passamos a fazer.

Não é de hoje que reconhecemos os inconvenientes da politica exclusiva que tem presidido ás nossas cousas, e sentimos a necessidade de uma recomposição ou reorganisação de partidos sob bases

mais solidas, e com vistas mais sociaes: já em 1843 pensavamos assim, como o demonstramos por palavras e obras, seja em nossos escriptos, seja adherindo á liga operada, no tempo do Sr. Figueira de Mello, entre os primeiros dissidentes do partido bem-tevi e os cabanos. Ora si assim pensavamos em 1843, não é para admirar que tenhamos as mesmas idéas em 1847, quando as circumstancias são ainda mais favoráveis a uma fusão de partidos, em razão de nova e cabal scisão do bem-tevi que passa por todas as phases da dissolução.

E qual foi o fructo que então colhemos, como particular, de nossa dedicação á causa da liga? a nossa demissão do emprego de director da instrucção publica, decretada pela assemblea legislativa provincial; e taes erão as vistas interesseiras que levavamos, que, apezar de ter o Sr. Figueira de Mello dado a sua sancção a essa lei meramente pessoal, e ter tido ainda a fraqueza de nomear para substituir-nos no logar o homem a quem a assemblea o destinava, e que sendo seu secretario o hostilizava a elle e a nós no Correio, nunca lhe deixamos de apoiar e defender a administração acinte e violentamente agredida na tribuna, e na imprensa. Mencionámos aqui este facto, não por jactancia, mas para mostrar ao Sr. Candido Mendes, que, com a nossa aquiescencia á liga, não tivemos, nem temos fim algum pessoal, quer então, que agora: isto talvez lhe pareça extraordinario nestes tempos em que só reina o egoismo, e interesse particular, mas é a pura verdade, pois quando fomos demittido, nem ao menos antolhávamos. lá no futuro, a brilhante perspectiva de uma cadeira na camara temporaria, para consolar-nos.

Adherimos á liga que hoje não é se não uma continuação da de então, pela razão mui simples de nos parecer ella vantajosa ao interesse publico; e adherimos no firme presuppuesto de ver representada a opinião cabana nas camaras, de ser o presidente da provincia indifferente nas eleições, e marchar pelas vias legais; mas se nos vimos infelizmente illudido em nossas esperanças, crein, Sr. Candido Mendes, que faremos retirada airosa, e muito a tempo. Ora já vê, senr. meu, que quem é tão positivo, e procede assim com este proposito á clara luz do meio dia, não anda tão exposto a ser embaçado por finórios, como por ali algum ligado a traz da porta, e a horas mortas do silencio.

Em 1843 os cabanos de toda a provincia adheriram accondemente á liga, como se pode vêr da votação de diversos collegios eleitoraes; e porque? porque se convencêrao com nosco de que os partidos não são estacionarios, mas varião e se modificão com as opiniões, ou por outra, por que entenderão que a liga era util. Agora em 1847, é natural que ohrem como então, uma vez que não haja falta da parte dos directores ligueiros, porque a utilidade é a mesma. Si estão sacrificados em Caxias, em Alcantara, e no Brejo, como diz o Sr. Candido Mendes, ja o estavam d'antes, e a liga, longe do empiorar-lhes a condição, muito contribuirá certamente para melhoral-a, não só naquellas partes, mas em toda a provincia.

Nós que em todos os tempos, bons e maus, temos constantemente defendido os direitos e interesses dos cabanos, sem nunca abandonal-os ou trahil-os uma só vez,

somos forçado a dar estas succintas explicações do nosso procedimento politico, não ao Sr. Candido Mendes que é sceptico, e não acredita em patriotismo desinteressado, mas ao publico que nos observa e julga, segundo nossas palavras e obras; e guardando-nos para tratar em artigo especial das vantagens de uma fusão de partidos em relação aos cabanos, pois que o Sr. Candido Mendes pretende separar interesses unidos, concluiremos este, acrescentando, que nós procurando trazer as fracções dispersas de diferentes partidos á communhão de uma liga, trabalhamos para unir os maranhenses que devem constituir, a ser possível, uma só familia, ao passo que o Sr. Candido Mendes esforçando-se para tel-as bem extremadas, trabalha, com todas as veras do seu coração, para desunil-os, sem duvida porque acha isso mais bonito, ou mais proveitoso: eis a diferença que existe entre o nosso modo de vêr e o delle, ou entre a nossa politica e a delle. A empresa do Sr. Candido Mendes é por certo mais facil, a nossa porem é mais nobre e util.

MAIS UM ASSASSINATO.

—No principio do mez de março foi assassinado Marcolino Jose da Silva no Termo do Codó á beira do rio Itapucurú, defronte do Gaioso, em occasião que se propunha a fazer o embarque de umas sacas do Sr. Raimundo Joaquim Ferreira Maia, que o havia mandado a sua fazenda.

O cadaver foi depois encontrado pelo mestre da canoa Santo Antonio perto da Villa do Urubú entre as ingaranas do rio, e até hoje não consta que a policia tenha dado providencia alguma para a punição do delicto, apezar de o haver o mestre da canoa Leopoldina participado a autoridade do lugar. Bom seria Sr. Chefe de Policia, que V. S. determinasse ao seu agente no Urubú que procedesse como é do seu dever para satisfação da justiça, e desagravo das leis.

Noticias do Paquete do Sul.

—Pelo paquete entrado ultimamente recebemos folhas do Rio de Janeiro até 27 de Março, as quaes, alem da viagem do S. M. o Imperador, pouco ou nada referem de interessante.

Os senrs. Regis e Teve foram despachados chefes de divisão graduados.

Consta que foi desaprovada a arromatização das capatazias da alfandega, feita pelo sogro do inspector da thesouraria desta provincia, e que se mandou proceder a nova arromatização das mesmas.

— A V I S O . —

☞ Antonio Pedro dos Santos, tem para vender por commodos preços em seu Armazem sito na rua do Giz casa n.º 20 os seguintes generos chegados ultimamente de Lisboa no Brigue Urbana: Chá Hysson de superior qualidade, Geleim de marmello em frascinhos e boiões: Quartos de marmello em ditos, Marmelada superior em boiões, Doce de pera, ginja, pecego, ameixa, abobera e figo em frascos e boiões; o mesmo tem ordem para comprar hum escravo que seja official de cúrapina, e hum dito cozinheiro, quem os tiver, e quizer vendellos, pode dirigir-se ao mencionado Armazem para tractar do ajuste. Maranhão 16 de Abril de 1847.